

Projeto liderado pelo Electrão permite separar plásticos perigosos de equipamentos elétricos durante o processo de reciclagem

8 de Novembro, 2022

O **Electrão** – Associação de Gestão de Resíduos encontra-se a promover um projeto inovador, totalmente pioneiro em Portugal, para separar, durante o processo de reciclagem, os plásticos com substâncias perigosas existentes em equipamentos elétricos usados, nomeadamente os plásticos que contêm retardadores de chama, que são poluentes orgânicos persistentes (POP).

Designado por “Controlo de Plásticos Mistos e com Retardadores de Chama” o projeto será desenvolvido em parceria com a Interecycling – Sociedade de Reciclagem e com a AVE – Gestão Ambiental e Valorização Energética, dois dos principais operadores de tratamento de resíduos nacionais.

Este projeto, que surge no contexto da atividade de gestão de equipamentos elétricos usados desenvolvida pelo Electrão, decorre dos “requisitos definidos pela legislação nacional e europeia”, mas é também uma “resposta à necessidade de otimizar os processos e melhorar as metas de reciclagem”. Ao mesmo tempo, “dá resposta à crescente preocupação sobre o efeito nocivo dos materiais e dos químicos aí presentes na saúde e no ambiente”, explica a Entidade Gestora, num comunicado.

De acordo com o Electrão, os plásticos mistos, objeto do projeto, são considerados perigosos porque contêm “agentes retardadores de chama”, que são “misturas de químicos adicionadas a uma ampla gama de produtos”, de forma a torná-los “menos inflamáveis”. Estão aqui incluídos alguns plásticos usados em equipamentos elétricos, sobretudo pequenos eletrodomésticos, equipamentos informáticos, de comunicação e tecnologia e as televisões mais antigas (CTR’s). Os retardadores de chama são químicos poluentes persistentes, bioacumuláveis e tóxicos para o homem e para o ambiente.

Atualmente, tal como decorre de diretrizes europeias, o fabrico de novos equipamentos elétricos já tem em consideração a restrição de substâncias químicas perigosas. A nova geração de equipamentos já tem em conta esses limites previstos, que pressupõem menor impacto, mas conferem aos equipamentos as mesmas características de resistência ao calor e fogo, o que tem sido possível graças à investigação e desenvolvimento técnico promovidos por vários fabricantes.

O projecto de Investigação & Desenvolvimento, alavancado pelo Electrão, permitirá fazer o controlo e a caracterização do nível de presença e disseminação dos plásticos mistos com retardadores de chama nas categorias de equipamentos eléctricos usados referidas.

Para o desenvolvimento do projecto será considerada a totalidade dos plásticos resultantes do tratamento dos equipamentos eléctricos usados, recolhidos na rede Electrão e encaminhados para as instalações da Interecycling. Os plásticos serão separados recorrendo a meios óticos e separação por densidade.

Como resultado do processo de separação será possível “obter um fluxo de plásticos sem retardadores de chama, livre de contaminação de componentes químicos perigosos”, que será “encaminhado para reciclagem sem qualquer problema de segurança”. Estas quantidades, tal como afirma o Electrão, serão contabilizadas para efeitos da taxa de reciclagem.

Já a fração de plásticos com retardadores de chama será encaminhada para valorização energética, conforme previsto na legislação, para queima e eliminação em ambiente controlado, operação que será coordenada pela AVE, acrescenta o Electrão.

O projeto será o ponto de partida para a definição de uma estratégia de tratamento destas fracções críticas, nomeadamente dos plásticos POP, no âmbito do sistema de gestão de equipamentos eléctricos do Electrão.

De acordo com a Entidade Gestora, a iniciativa possibilita ainda a adoção das melhores práticas e técnicas disponíveis para a separação e tratamento das substâncias químicas perigosas, potenciando a correta cadeia de valor e cumprimento legal vigente sobre o plástico.

“O projecto que o Electrão vai desenvolver, em parceria com a Interecycling e com a AVE, é da máxima revelância para a protecção da saúde humana e do ambiente tendo em conta a velocidade com que estes poluentes persistentes proliferam por todo o planeta sem conhecer fronteiras. O Electrão orgulha-se de estar mais uma vez na linha de frente da inovação antecipando directrizes europeias, cada vez mais exigentes, que serão ditadas face à urgência de controlar estas fracções críticas “, declara o CEO do Electrão, Pedro Nazareth.

Para o administrador da Interecycling, Ricardo Vidal, este projecto materializa em absoluto a circularidade de materiais e o cumprimento de todas as exigências ambientais: “Tendo em conta os processos industriais que a Interpolymers, divisão operacional dedicada à reciclagem de polímeros, dispõe, estes permitem realizar a reciclagem e despoluição de importantes polímeros. Bem como, separar e destinar a fração Bromada/POP’s, cuja legislação determina que seja de forma irreversível”, refere. Desta forma, “a parceria, firmada com o Electrão, fará Portugal destacar-se ao nível europeu e mundial no domínio do tratamento de plásticos. Trata-se de um projecto 100% Português, que aportará seguramente elevado valor económico e ambiental”, acrescenta Ricardo Vidal.

Também, o administrador da AVE – Gestão Ambiental e Valorização Energética, Luís Realista, se congratula pela participação da AVE neste projecto: “A AVE fará parte da solução que está prevista no plano de ação da Agência Portuguesa do Ambiente, de forma a garantir a separação e eliminação da fracção plástica obtida na actividade do desmantelamento de equipamentos

eléctricos e outros fluxos”.

O desafio europeu de afastar da cadeia da reciclagem estes materiais exige um “contínuo trabalho de rastreabilidade no acto de separação e triagem”, durante o processo de desmantelamento e posterior eliminação térmica. “Assim é justificável a colaboração da AVE com os diferentes atores da actividade, particularmente com entidades gestoras, como é o caso do Electrão e da indústria de reciclagem especializada, como é o caso da Interrecycling”, destaca Luís Realista, acrescentando que “o coprocessamento de resíduos em fornos de cimento é um processo de destruição definitiva, conduzido de forma segura, monitorizado e em linha com os princípios da sustentabilidade ambiental”.

0 contexto europeu

A proliferação destes poluentes orgânicos persistentes está a preocupar as instituições europeias, mas as iniciativas em marcha ainda não são suficientes para controlar estas substâncias químicas.

A publicação do regulamento REACH, de 2007, da União Europeia, foi uma das primeiras medidas tomadas com o objetivo de salvaguardar a proteção da saúde humana e do ambiente face aos riscos que podem resultar de substâncias químicas usadas em diversos tipos de produtos, nomeadamente os equipamentos eléctricos.

Mais recentemente a União Europeia publicou também um regulamento (2019/1021 de 20 de junho de 2019) relativo aos poluentes orgânicos persistentes, que vai no sentido da proibição e restrição de fabrico, colocação no mercado e utilização destas substâncias, incentivando, ao mesmo tempo a eliminação e valorização dos resíduos que as integrem, o que dá enquadramento ao projeto desenvolvido pelo Electrão.